

032

AUTONOMIA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: ESTUDO DE CASO COMPARATIVO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PERÍODO ANTERIOR E POSTERIOR À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

(SME). *Graziela Luciane dos Santos Souza, Maria Fani Scheibel (orient.)* (ULBRA).

A criação de Sistemas Municipais de Ensino é assunto que está sendo debatido e já implantado em muitos municípios brasileiros como alternativa viável de afirmação política, administrativa, pedagógica e econômico-financeira, num efetivo processo de descentralização. O objetivo maior deste estudo constitui-se em conhecer a estrutura e o funcionamento dos SME no Estado do Rio Grande do Sul, e de forma mais específica: resgatar a trajetória percorrida pelos municípios no período anterior à implantação do SME, observando limitações e impasses nesse processo; identificar os avanços que a implantação do SME trouxe a partir da Gestão Democrática; analisar criticamente as relações de parceria entre Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Conselho Municipal de Educação na construção e efetivação das políticas públicas, em conformidade com a legislação. Esses propósitos se justificam e se consolidam a partir de um estudo piloto desenvolvido no município de Carazinho/RS, pioneiro na criação de SME próprio onde buscou-se conhecer o processo da implantação do Sistema. A metodologia de investigação se caracteriza como Estudo de Caso Comparativo, de natureza dialética, considerando a literatura específica que trata do processo de gestão da educação e legislação correspondente, subsidiando a análise do processo de implantação dos SME, destacando impasses, limites, avanços... A amostra será constituída por três municípios que, a partir da LDB/96, optaram por instituir seu SME próprio, recaindo a escolha por ordem cronológica de implantação, a partir de 1997. Serão utilizados para coleta de informações: questionário, observações informais e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados proporcionarão sugerir estratégias e/ou possibilidades de maior participação da sociedade no controle da oferta dos serviços educacionais como também a mobilização pelo direito de todos a educação de qualidade.